

ESTUDO FILOLÓGICO DE MANUSCRITO DO MUSEU REPUBLICANO CONVENÇÃO DE ITU: DOCUMENTOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE PAULISTA

PHILOLOGICAL STUDY OF MANUSCRIPTS FROM THE REPUBLICAN MUSEUM
CONVENTION OF ITU: DOCUMENTS, MEMORY AND IDENTITY OF PEOPLE FROM
SÃO PAULO

Elisa Silveira Martins¹
Phablo Roberto Marchis Fachin²



Resumo: O artigo pauta-se no labor filológico a fim de constituir a tradição de textos localizados no Museu Republicano ‘Convenção de Itu’. Na análise, leva-se em consideração a configuração do acervo do museu e sua fortuna crítica, para que se possa ampliar os conhecimentos sobre a sociedade interiorana, sobretudo sobre as cidades de Cabreúva e Itu (SP). Uma vez que os documentos tratam da libertação de escravizados, é possível dar visibilidade a grupos que não tinham acesso à escrita. Assim, abordando as implicações dos manuscritos enquanto fontes documentais e suas contribuições para a seleção de memórias, a Filologia apresenta meios de compreender a construção de uma identidade paulista entre os séculos XIX e XX.

Palavras-Chave: Manuscritos; Museu Republicano; Identidade Paulista; Cabreúva (SP)

Abstract: The article is based on philological work in order to constitute the tradition of texts located in the Republican Museum ‘Convenção de Itu’. In the analysis, the configuration of the museum's collection and its critical fortune are taken into account, so that knowledge about interior society can be expanded, especially about the cities of Cabreúva and Itu (SP). Since the documents deal with the liberation of enslaved people, it is possible to give visibility to groups that did not have access to writing. Thus, addressing the implications of manuscripts as documentary sources and their contributions to the selection of memories, Philology presents ways of understanding the construction of an identity of the people from São Paulo between the 19th and 20th centuries.

Keywords: Manuscripts; Republican Museum; São Paulo identity; Cabreúva (SP)

Recebido: 01/12/2023. Aprovado: 05/12/2023. Publicado: 30/12/2023.

Introdução

Este artigo tem como base o labor filológico com textos localizados no Museu Republicano Convenção de Itu, SP (MRCI). Trata-se de pesquisa que procura estudar os documentos, conhecer a sua história e constituir a sua tradição. Neste texto, apresentam-se manuscritos analisados, suas implicações como fontes documentais e aspectos que podem contribuir para a seleção de memórias para a compreensão da construção de uma identidade paulista nos séculos XIX e XX, tendo como eixo cidades como Cabreúva e Itu, no atual estado de São Paulo. Por meio deste trabalho, foi possível obter informações a respeito dos

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: elisasilveiramartins@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2401-8689>.

² Universidade de São Paulo, São Paulo Brasil. E-mail: phablo@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2283-3906>.

sujeitos citados nos manuscritos, escravizados principalmente, considerando a ampliação do conhecimento sobre a sociedade interiorana do século XIX e a constituição de memórias paulistas, que moldaram, de certa forma, a história do museu em questão, construído como lugar de celebração de São Paulo como berço da República. Como resultado, espera-se também criar contrapontos para discussões historiográficas sobre a identidade paulista e a escravidão no Brasil.

Os documentos que compõem o *corpus* do trabalho pertencem ao 1º Ofício da Comarca de Itu, arquivados no MRCI, o qual possui um prédio principal, em que ocorrem exposições, e um secundário, na mesma rua, em que funcionam os outros departamentos da instituição, tais como o centro de estudos, a biblioteca e o arquivo. Trata-se de dois processos jurídicos referentes à tentativa de libertação de escravizados de 1886. O primeiro é um auto cível de pecúlio e o segundo, um auto cível de reclamação.

Por se tratar de processos que podem ser relacionados ao tema da escravidão, a discussão levada a cabo a partir desses documentos se relaciona também com estudos de outras áreas, principalmente os da História, já que muitos dos textos produzidos com essa temática foram instrumentalizados ao serem lavrados, necessitando, desse modo, de metodologias interdisciplinares para a sua análise. Como sugerem pesquisas de Lara (2008), é preciso compreender os textos não apenas pelo conteúdo, mas pelo contexto em que circularam e foram preservados. Da mesma forma, a não circulação e a não preservação dos mesmos também são processos significativos:

Ao longo de suas vidas (individuais ou coletivas), homens e mulheres produziram textos diversos - do modo como achavam que deveriam ser escritos, por motivos e com fins os mais variados, que foram guardados ou descartados segundo critérios que faziam sentidos para eles [...] (LARA, 2008, p.18)

O estudo filológico e histórico possui como pressuposto a seleção de documentos, o que significa ter critérios para escolher alguns em detrimento dos demais. Essa seleção faz parte do recorte da pesquisa, o qual deve ser considerado no balanço dos resultados. Seguindo essa lógica, a escolha dos documentos para este estudo procurou respeitar a lógica do MRCI, relacionando-se com a configuração do arquivo e das produções bibliográficas sobre ele, sua fortuna crítica. Além da escolha em si, é preciso atentar-se a como ela é feita, o que a impulsiona e se há consequências a nível social. No caso de tradições documentais sobre a liberdade de escravizados — estejam eles em grupo, ou individualmente; seja uma tentativa de liberdade legal ou ilegal — isso implica contar ou não a história de um grupo social que não teve a oportunidade de escrita na época.

Esses documentos, assim como outros manuscritos de escravizados em busca de suas liberdades — em busca da alforria — são os únicos preservados e que tratam exclusivamente da escravidão na cidade de Cabreúva, SP³. É interessante, portanto, considerar como foi produzido e, nesse caso, porquê não foi lido. Assim, busca-se questionar as implicações do uso de documentos que estão no museu e que carregam narrativas muito específicas de um grupo destacado na construção de uma identidade paulista, construída no regime republicano. Afinal, no conflito entre a identidade e a não identidade existe o documento, uma fonte textual manuscrita capaz de reivindicar a memória de grupos inteiros esquecidos pela historiografia. Como meio para conhecer a sua história e implicações documentais, está a Filologia.

Os documentos que compõem o *corpus* do artigo

Para a composição do *corpus* da pesquisa, inicialmente, selecionou-se parte dos dois processos cujo reclamante era um escravizado de nome Ignácio, pertencentes ao 1º Ofício da Comarca de Itu, do ano de 1886. Conforme a pesquisa se moldava, o *corpus* se expandiu e passou a contemplar todas as suas partes. Nesses processos, constam seu “número de matrícula”, descrição do pagamento efetuado à escravizadora, a certidão de casamento — bem como a informação sobre seus filhos, idade e cidade em que residia, no caso, o município de Cabreúva. Embora de 1886, há informações sobre a tentativa de liberdade do escravizado desde anos anteriores, como sobre seu casamento com uma liberta. Ambos processos estão presentes no maço 129 do 1º Ofício da Comarca de Itu, sendo que, respectivamente, estão numerados como sendo 65 e 70.

O primeiro processo possui três partes manuscritas, constituídas por um fólio cada uma. Além das partes integralmente manuscritas, há uma parte constituída por duas folhas impressas que foram preenchidas de forma manuscrita. Essa última parte são recibos de depósitos de pecúlio e trazem o símbolo do império. Quanto ao segundo processo, este é constituído por oito fólhos.

Os papéis estão bem conservados, possuem alguns sinais de traça, de milímetros até cerca de 2,5 centímetros de extensão, mas não impedem a leitura. Há algumas intervenções de terceiros, como a anotação do número dos fólhos às margem superiores à direita, no primeiro processo; e o número do maço (129) no primeiro fólio de cada processo nas cores azul para o primeiro e vermelho para o segundo. Nota-se também que as partes do processo estavam agrupadas através de costura com linha.

³ Há também documentos na Cúria Diocesana, mas são registros de batismo/casamento.

Processo 1: Auto cível de pecúlio

O primeiro documento é um auto de depósito de pecúlio:

Termo empregado para definir a porção de bens ou o pequeno patrimônio correspondente a menores, incapazes e escravos, formado a partir de seu próprio trabalho, doações ou herança. Quando objetos de ações judiciais, geralmente estavam ligados a questões relativas à proteção ou uso do patrimônio. Nos casos de escravos, muitas vezes o pecúlio adquirido era utilizado para a compra da própria liberdade (RODRIGUEZ, 2012, p. 221)

Uma das principais incidências desse tipo documental é a alforria e o depósito da quantia. A respeito do período em que esse tipo foi utilizado e circulou: “A data limite do período analisado é de 1878-1895, sendo que nesse intervalo de tempo a estrutura básica do documento se manteve” (RODRIGUEZ, 2012, p. 223). Esse tipo textual consiste, no geral, nessas partes:

- Termo de autuação
- Petição inicial
- Termo de exibição da quantia
- Recibos do depósito e entrega da quantia
- Termo de levantamento e entrega de dinheiro
- Certificados de cumprimento de determinações
- Despacho/sentença
- Termo de conclusão

A transcrição conservadora do termo de autuação:

1886
Juis de Orphaõs da Comarca
especial de Itu
Autos de deposito de
peculio em que é
Ignacio de D. Cherubina Theolinda
de Almeida Araujo Suplicante
O Escrivão Campos
Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jesus Christo de mil oitocen
tos oitenta e seis, em nove dias do
mes de setembro, nesta cidade
de Itú; em meo cartorio faço
autuação da petição que se
gue. Eu, José Innocencio do
Amaral Campos, escrivão, o es
crevi

Processo 2: Auto cível de reclamação

O segundo processo, ou auto, foi criado porque o escravizado Ignácio teve problemas com a junta para que encontrassem o depósito de seu pecúlio. O tipo desse documento também se dá no termo de autuação.

Era o pedido para que se reconheça em juízo um direito ou a queixa contra atos que prejudiquem os direitos do reclamante. Nos processos judiciais poderia ocorrer reclamação das partes acerca de atos ordenados ou praticados anteriormente, para que dessa forma sejam suspensos ou modificados. (RODRIGUEZ, 2012, p. 238)

Além disso, “a data limite do período analisado é 1814-1901, sendo que nesse intervalo de tempo a estrutura básica do documento se manteve” (RODRIGUEZ, 2012, p. 240). Suas partes consistiram em:

- Termo de autuação
- Petição inicial
- Termo de reclamação
- Apud acta (procuração)
- Termo de audiência
- Termo de conclusão
- Sentença
- Termo de Publicação
- Custas

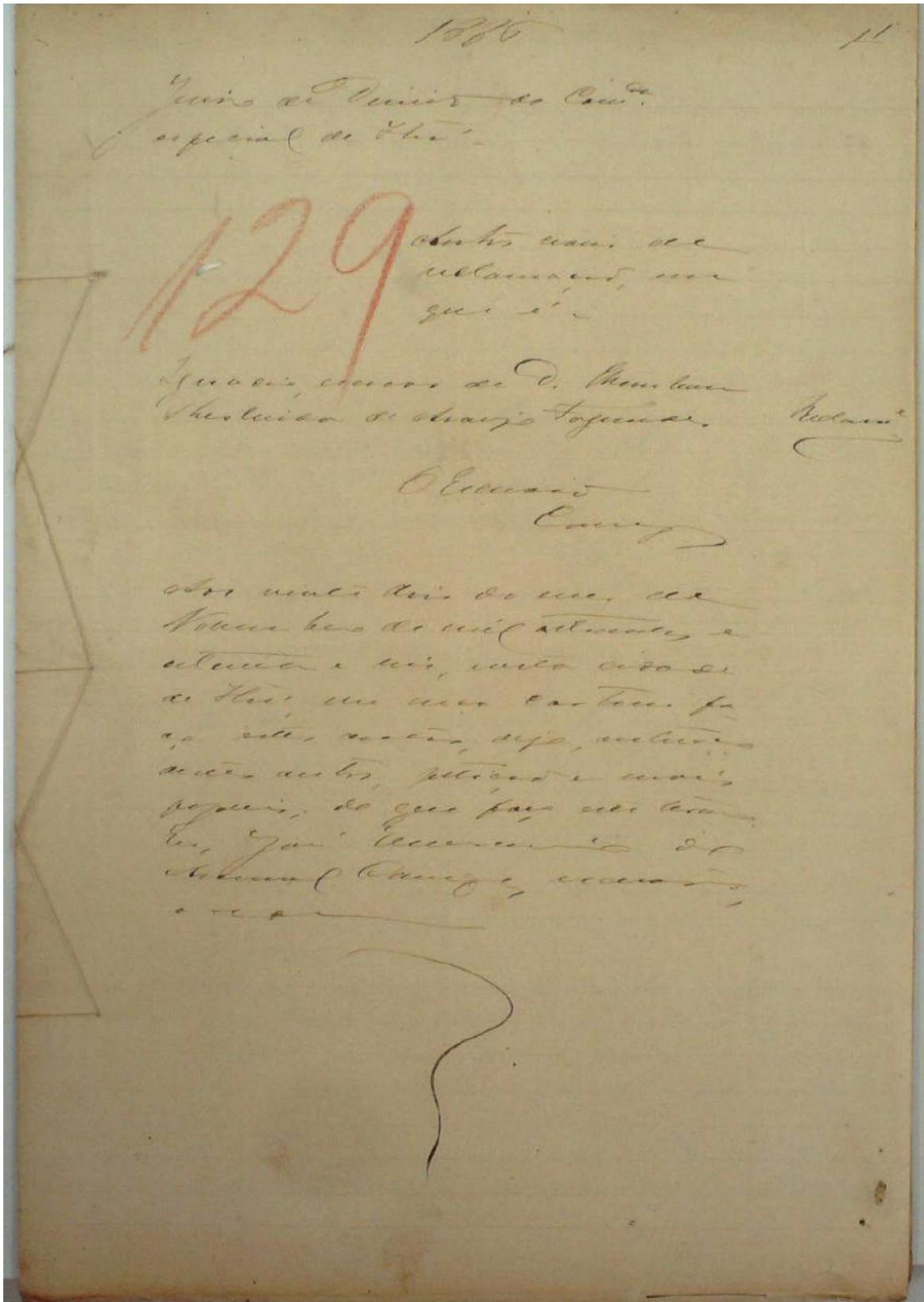


Figura 2: Capa do processo 2.

A transcrição conservadora do Termo:

1886
Juis de direito da Comarca
especial de Itú
Autos civeis de
reclamaçãõ em
que é
Ignacio, escravo de d. Cherubina
Theolinda de Araujo Fagundes Reclamante
O Escrivão
Campos
Aos vinte dois do mes de
Novembro de mil oitocentos e
oitenta e seis, nesta cidade
de Itú, em meo cartorio fa-
ço estes autos, seja, autuaçãõ
ações, autos, petições e mais
papeis; de que faço este termo
Eu, José Innocencio do
Amaral Campos, escrivão,
o escrevi

Os documentos e suas implicações como fontes documentais

Os documentos manuscritos, enquanto fontes documentais, servem não apenas para atestar as hipóteses dos historiadores, mas para a formação da memória e sua preservação. Os manuscritos produzidos existem antes dos museus, e por isso, na análise de documentos sobre escravizados, há uma evidente problemática envolvendo a não preservação dos documentos, a não leitura e a não difusão. Nessas ausências, encontram-se respostas — e novas perguntas — para dados históricos fundamentais.

Para a pequena cidade de Cabreúva, sua identidade pode ser retomada a partir dos textos feitos tanto por pessoas de lá quanto por quem não é cabreuveno, como é o caso do cronista Nardy Filho⁴. Referenciado até hoje para os textos produzidos a respeito da cidade, mas dificilmente é revisado, uma vez que grande parte de sua produção se baseia em relatos orais. Um caso que merece destaque é uma entrevista dada por Otoni Rodrigues da Silveira

⁴ Um cronista que viveu entre os anos de 1879 e 1959 na cidade de Itu. Além de ter feito parte do jornal **A Cidade de Ytu**, um “órgão do partido republicano”, segundo a própria revista, ele possui livros — também nomeados **A Cidade de Ytu**, divididos em volumes — essas produções até hoje pautam boa parte das pesquisas sobre a história local, inclusive pesquisas sobre as comunidades negras da cidade. A repercussão de sua obra, mais o fato de que é frequentemente colocado seu “apelido”, e também a exposição que ganhou em 2023 em sua homenagem no MRCI, revelam coisas importantes sobre a recepção do autor nos dias de hoje: há poucas fontes sobre a cidade e uma consequente ausência de considerações sobre essa ausência.

(2016)⁵, na qual menciona uma crônica de Nardy⁶ que faz referência a uma identidade cabreuva, mas faz uma crítica a maneira como Nardy elabora seus textos. Com esse trecho, percebem-se duas coisas: Nardy de fato baseia muito de sua escrita em suas experiências pessoais e segundo, que na década de 1950, já havia um sentimento comum de identificação entre os cabreuvanos. Sobre a primeira coisa, Silveira (2016) faz uma observação muito pertinente para os propósitos deste trabalho: “[...] todos os fatos e nomes descritos por ele na referida crônica ‘Cabreúva’ [...] não se apoiam em documentos diretos ou mesmo indiretos [...]”, além de quê, o próprio Nardy ressalta que utiliza fontes orais para seus textos.

Assim, as produções sobre Cabreúva no século XXI demonstram mais ciência a respeito das problemáticas dos textos desenvolvidos por intelectuais republicanos. Porém, por falta de uma historiografia própria da cidade, ainda são dependentes de projetos políticos: esses trabalhos utilizam documentos que estão arquivados no MRCI e, como teóricos, utilizam o trabalho de republicanos, como o próprio Nardy Filho. Destacamos dois deles: os dois volumes escritos por Otoni Rodrigues da Silveira (2015) — **Cabreúva: História e Contexto** — e o trabalho de conclusão de curso de Maria Daniela Bueno de Camargo — **Escravidão em Cabreúva** (2001). É importante notar também como ambos trabalhos passaram ou estão passando por reedições, para atualizar as pesquisas a partir de novas descobertas utilizando documentos como provas.

Vale notar a maneira como os documentos são utilizados pelos pesquisadores: o trabalho de Silveira, muito pautado na genealogia das famílias, segue um padrão semelhante ao dos memorialistas, mas ele utiliza os documentos como provas e começa a questionar a ausência de documentação. Ainda assim, a documentação sobre as famílias cabreuvanas influentes, como os políticos locais, existe. Há registros de depósitos, testamentos, inventários, dentre outros tipos documentais arquivados em centros de memória. No caso de Camargo (2001), a situação muda um pouco: os documentos já não são mais tão abundantes, pois o referido estudo trata de escravizados. Portanto, é preciso pensar na história desse grupo — negros livres e escravizados — a partir da perspectiva da elite, a qual, por sua vez, podia criar documentos e preservá-los.

Dessa forma, os documentos passaram a ser utilizados, mas os trabalhos ainda reverberam o padrão das obras memorialísticas, desenvolvidas no fim do século XIX e início do século XX, seja pelo tema, seja por comprovarem teorias históricas de grupos invisibilizados a partir de fragmentos de textos construídos sempre pelo mesmo grupo de

⁵ A entrevista pode ser lida integralmente no link: <https://revistaregional.com.br/site/2016/01/27/historia-e-memoria-de-cabreuva>.

⁶ Na crônica de 1950, escrita por ele: “Boa gente a cabreuva; boa, hospitaleira e bairrista até ali; não admite que se fale mal de Cabreúva, e é porque dela sempre bem falamos, sempre tivemos sua amizade.”

peças economicamente e socialmente privilegiadas, sem que essas implicações sejam tidas como fundamentais na análise, o que se mostra como um impasse para os pesquisadores. Assim, buscamos seguir a lógica proposta por Silvia Lara (2008, p.18) de que é “preciso inventar as fontes”, “interrogar” um documento até que ele revele informações pertinentes sobre a sociedade da época⁷, considerando a ausência dos documentos como algo primordial. Se a documentação é escassa e possui um histórico relacionado à construção de um ideal, a abordagem deve condizer com isso.

Desse modo, ao estudar os processos em questão, realizamos sua transcrição conservadora, a fim de atentar a questões da grafia das palavras e, ao mesmo tempo, contribuir para a difusão do documento nas discussões sobre a identidade local (CAMBRAIA, 2005), e procuramos compreender sua constituição e seu contexto de produção. Além de constar no documento, pode-se entender, com base nos tipos documentais do juizado de órfãos de São Paulo, que eles se adequam à época e aos propósitos dos tipos a eles atribuídos pelo escrivão (RODRIGUEZ, 2012).

De maneira breve, o caso é que Ignácio, escravizado de Cherubina Theolinda de Almeida Araujo, tentou pagar o pecúlio para sua liberdade, mas as autoridades não constataram o depósito. Entre as informações sobre o caso, há outras informações sobre Ignácio, como sua idade, com quem era casado, quantos filhos tinha, quem foram seus pais e quem os escravizou. Não há nada além disso e de seu número de matrícula e classificação na seleção de escravizados a serem libertados na vila. Não há sequer sobrenome. Nesse sentido, é importante observar como a história de Ignácio é fragmentada não apenas pela falta de documentos, mas pela maneira como ele é tratado nos documentos que existem. O caso é muito diferente com outras pessoas mencionadas ao longo desses dois documentos: ainda que o processo não se trate delas, elas são mencionadas com nome e sobrenome e assinam de próprio punho quando precisam assinar. Pudemos encontrar informações sobre três delas no trabalho de Silveira (2015) e informações sobre Ignácio no trabalho de Maria Daniela Camargo (2001).

O auto cível de pecúlio teve como principais incidências, enquanto tipo documental, a alforria e o depósito da quantia. A respeito do período em que esse tipo foi utilizado e circulou: “A data limite do período analisado é de 1878-1895, sendo que nesse intervalo de tempo a estrutura básica do documento se manteve” (RODRIGUEZ, 2012, p. 223).

Além de Ignácio, aparecem outros nomes: Dona Cherubina Theolinda Almeida Araújo, Luiza Maria de Jesus, Moyses, Francisca, Manoel Correa de Araújo, João Baptista da

⁷ O historiador tem à sua disposição um número limitado de textos e, para fazer história, precisa inventar suas fontes. Claro está que não se trata de criar, mas sim de inventar fontes: interrogar os textos de tal modo que sejam capazes de fornecer informações sobre as ações humanas no passado.

Motta. Um primeiro passo é entender a relação destes com Ignácio. Sabe-se que Cherubina o escravizava, Luiza era sua esposa, Moyses e Francisca seus pais, Manoel escravizava os pais de Ignácio e João era o vigário. Os nomes já simbolizam muitos aspectos da sociedade da época: Luiza, embora tivesse um sobrenome, precisava ser citada como “livre”, ou “liberta”, e os pais de Ignácio, como ele, não tinham sobrenome.

É através dos nomes, também, que foi possível localizar Manoel e João Baptista no livro **Cabreúva: História e Contextos** (SILVEIRA, 2015), conseguindo informações sobre a família que escravizou Ignácio e seus pais. Há um capítulo no livro chamado “Manoel Correa de Araújo” no qual ele busca fazer uma biografia de Manoel. Essa biografia sucede a outra de um homem da mesma família, Generoso Correa de Araújo, a qual ele a faz para investigar a família proprietária do terreno em que se construiu a Matriz Nossa Senhora da Piedade, uma vez que a Igreja teve um papel fundamental na formação da cidade. Manoel Correa de Araújo era primo de Generoso e possuía terras em seu nome. Um exemplo da influência da família é que, não apenas Generoso possuía sítios e fazendas em diversos bairros — o que pode ser constatado por seu inventário — mas seu próprio neto era o coletor. A coletoria ficava, ainda, no terreno ao lado daquele em que se construiu a capela, sendo propriedade da família também.

A descendência de Manoel Correa de Araújo, teve, entretanto, um rumo diferente. Ele deixou seus bens para as mulheres de sua família, a maioria para sua filha mais velha, Ana Margarida. Ana e sua irmã, Cherubina, viveram solteiras e não tiveram filhos. No testamento de Ana Margarida ela inclui seus ex-escravizados: “Deixo ao meu ex-escravo Pio de Almeida a quantia de quarenta mil réis. Deixo ao meu ex-escravo Francisco o uso e o gozo durante a sua vida um alqueire de terras e a morada que o mesmo reside n’ella”⁸. Esse trecho do testamento chama a atenção para a relação da irmã de Cherubina com os homens que escravizava. Além disso, foi possível encontrar em Camargo (2001) um comentário sobre o processo de Ignácio, pois esse caso foi usado para exemplificar que os senhores poderiam depositar parte do dinheiro destinado para o pecúlio, como foi o caso de Cherubina, mas que, de qualquer forma, alforria por pecúlio não tinha representação expressiva na cidade. A autora coloca que “não existia, no processo, nenhum motivo por escrito que levou D. Cherubina ao depósito; o fato é que o escravo desta maneira poderia pagar por sua liberdade”.

Por meio de outro texto foi possível localizar a informação de que Ana Margarida e Cherubina concederam liberdade a todos os seus escravizados. O texto em questão é o boletim do jornal **Correio Paulistano**, de 30 de novembro de 1887: —As sras. dd; Anna Margarida de

⁸ Transcrição de Silveira (2015). Fonte documental: Museu Republicano de Itu, Arqui. Jud., 2º Of., 1901, maço 58.

Almeida Araújo e Querubina Theolinda de Almeida Araújo, fazendeiras em Cabreúva, deram li-herdade a todos os seus escravos, mediante serviços por um anno”. Assim, há o dado de que haviam condições para que os escravizados fossem libertados. O que é curioso é que o ano era 1887, um ano antes da abolição da escravatura.

Dessa forma, o contexto da vida de Ignácio é delineado através de quatro textos diferentes, lidos e utilizados de diferentes formas: há o comprovante do depósito do pecúlio e a petição inicial do auto cível de pecúlio e a matéria jornalística — os quais a pesquisa teve contato primário. Há também dois textos desenvolvidos a partir dos documentos. Mas em qualquer um desses casos, há apenas fragmentos de informações sobre Ignácio, de modo que é preciso interpretar as interpretações de outros pesquisadores. A leitura desses quatro textos traça o caminho necessário para entender a trajetória desse homem negro escravizado. E, dessa forma, a própria pesquisa demonstra a fragilidade da historiografia local.

Essa fragilidade se dá, também, quando colocamos Ignácio em contraste com outras figuras nomeadas nos documentos: João Baptista da Motta e o capitão José Manoel da Fonseca Leite. Há um grande destaque para João Baptista em Silveira (2015) pois, além de vigário, João Baptista foi cônego da cidade. Há uma rua que o homenageia no centro da cidade. Há diversos documentos escritos e assinados por ele. Sua família era uma das mais ricas e influentes da cidade. Com isso, deve-se enfatizar, novamente, os usos e interpretações dos documentos e textos criados a partir deles na estruturação e afirmação do poder. Para isso, a criação de mitos é fundamental, tais como o “cônego Motta”. É um homem que existiu, de fato, mas a forma como é lembrado o eleva a um símbolo de identificação local.

Esses usos da memória, que são heranças da identidade paulista com seus mitos bandeirantes e da excepcionalidade, demonstram a subordinação de uma identidade para a outra. E assim, entra a outra figura mencionada: o nome do capitão José Manoel da Fonseca Leite surge para nomear o escravizado Vicente na documentação. Esse nome também já surgiu no artigo, quando desenvolvemos um breve histórico do Museu Republicano de Itu: o capitão José Manoel da Fonseca Leite foi casado com Josefa, primeira proprietária do sobrado na rua Barão do Itaim, hoje, sede do Museu Republicano de Itu. Em Leme, encontramos ao menos 4 pessoas com esse nome, todos descendentes do capitão José Manoel da Fonseca Leite. Seja qual José Manoel for, o fato é que essas “coincidências” revelam muito da influência das famílias em Itu e em Cabreúva, no século XIX, e hoje, no século XXI, pois são predominantes nos textos realizados sobre Cabreúva. Da mesma forma, a documentação prioritária para ser criada e preservada se referia a essas pessoas, não a Ignácio, ou a Vicente, ou a seus pais e sua esposa.

Os documentos e a seleção de memórias no Museu Republicano Convenção de Itu

A história do Museu Republicano “Convenção de Itu” se inicia antes da criação do Partido Republicano Paulista (PRP), no sobrado da antiga rua do Carmo, atual Rua do Barão Itaim, em Itu. O sobrado teve como primeira dona de que se tem registro, Josepha Maria de Góes Pacheco, casada com o capitão José Manoel da Fonseca Leite e filha de Antonio Pacheco da Silva, um grande proprietário de terras. Ou seja, a família de Josepha fazia parte da elite agrária ituana. Com sua morte, mas ainda sem ter o inventário finalizado, os bens de D. Josepha foram divididos entre os filhos, cuja unidade do sobrado em que hoje se constitui o museu foi para Francisca Xavier da Fonseca. Com o passar dos anos, o casarão foi vendido e revendido, ficando, finalmente, em 1843, como posse de Francisco de Almeida Prado. Em 1866, com a morte da esposa, já viúva, o sobrado foi herdado por seus filhos, que emprestaram o edifício para o encerramento da Convenção de Itu, em 18 de abril de 1873. Nessa reunião, nasceu o Partido Republicano Paulista (PRP) (ZEQUINI, 2003).

Ter essa noção da história do sobrado é fundamental para compreender o próprio museu. Sendo o sobrado mais antigo que o próprio PRP, ele já trazia consigo muitas memórias. Todas elas referentes à elite agrária que, não à toa, compunha boa parte do partido. E é com base nessa ideia que o deputado estadual pelo PRP, Mario Tavares, incentivou a compra do sobrado, em 1921, para a criação de um museu que celebrasse a república e mais especificamente, os feitos perrepistas em favor do Brasil. O contexto de sua fala em favor da compra se alinha à proximidade do aniversário de sessenta anos do partido e a uma crise estadual instaurada — sobretudo pela crescente popularidade do partido democrático e o exílio de Washington Luís. Ou seja, ainda antes da compra do sobrado já havia um plano para que o museu fosse um espaço que atendesse às demandas políticas de um grupo social privilegiado através da celebração desse mesmo grupo.

O discurso do deputado Tavares é muito relevante para entender como o partido republicano se articulou para forjar uma identidade paulista. De acordo com ele: “Seja essa casa o santuário onde viverão imperecíveis as evocações do passado, imortais as tradições que ali nasceram [...]” (MARTINS, 2012, p. 39). Dessa forma:

Esse projeto visava antes, à preservação da memória republicana e dos ideias e projetos a ela associados, ou seja, valores intangíveis. Não se tratava de uma iniciativa preservacionista que visasse à salvaguarda de registros materiais móveis ou imóveis em risco potencial — representantes também de valores intangíveis, vale lembrar —, como a que daria origem à Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934) e ao SPHAN (1937).. (MARTINS, 2012, p. 41)

Além disso, os termos utilizados por ele nessa frase e em outras, tais como “santuário”, não passam despercebidos por Mariana Esteves Martins em seu estudo sobre o Museu Republicano de Itu. Ela corretamente coloca que “o sobrado não foi alvo de ação de salvaguarda por inspirar cuidados; o que estava em risco era a fé republicana. Seu acervo não é sequer mencionado” (MARTINS, 2012, p. 41). Ou seja, a preservação da memória fica em segundo plano na configuração do museu e a não menção do acervo no discurso reforça essa ideia. Ainda a respeito do acervo, é possível notar coisas interessantes sobre a preservação da memória e a formação de uma historiografia: O sobrado é considerado a primeira aquisição do museu. Se o acervo não é uma prioridade e os documentos são apenas usados para consultas de outros temas de pesquisa, há uma problemática do museu como centro de memória:

Nesse projeto, a materialidade é considerada enquanto elemento evocativo dessa memória que se deseja preservar e difundir. O sobrado e os “objetos-relíquia” irradiavam os exemplos deixados pela Convenção de Itu. Seu potencial documental, hoje defendido pelos estudos de cultura material, não foi aventado. (MARTINS, 2012, p. 41)

Com isso, é preciso se voltar para o republicanismo. Uma parte fundamental de seu projeto político foi o investimento, no século XIX, na área cultural, para o desenvolvimento de uma nova identidade paulista e uma nova historiografia do estado de São Paulo de modo a favorecer esse grupo político (FERRETTI, 2004). Ou seja, o discurso de Mário Tavares se articula dentro de uma lógica que se iniciou nos fins do século XIX e continuou relevante até, pelo menos, o início do século XX, pautada na construção e manutenção de uma identidade paulista. Assim, há uma relação entre o processo de idealização da identidade paulista e as demandas políticas do partido republicano:

O período que vai do início da propaganda republicana (1870) até o início dos preparativos para as comemorações do Centenário da Independência, marcado pela posse do historiador Afonso de Taunay como diretor do Museu Paulista (1917), representou um momento importante para a construção de uma nova identidade paulista. (FERRETTI, 2004, p. 102)

Dessa forma, há um ideal sendo priorizado no museu e, segundo o perfil desse partido, podemos entender qual era o perfil que eles buscavam representar. Essa representação, que partia sobretudo da subjetividade dos homens que foram relevantes para o republicanismo, tratava de construir uma identidade. Os museus, como espaços de memória, possuem essa abertura, uma vez que “Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõe, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático” (MENESES, 1998, p. 93). Esse propósito — de gerar uma identificação com base na memória — não fica, portanto, restrito ao histórico de compra do sobrado, ou inauguração do museu. Mas, devido a isso, sua

configuração ficou engessada nesse propósito e, até hoje, suas exposições e eventos refletem esse histórico. Tal propósito, como será possível ver, continuava a não incluir os escravizados e negros libertos, sendo válido analisar o acervo tendo em vista que a representação do museu era direcionada a um certo grupo.

Considerações finais

Ferretti (2004) relaciona a paulistanidade ao desenvolvimento político e econômico da província de São Paulo. O autor compreende que os intelectuais tiveram um papel fundamental na ideologia construída — e considerando que o recorte histórico do trabalho em questão é o período de 1856 a 1930, há um grande destaque para os intelectuais republicanos:

A identidade paulista em elaboração será considerada à luz deste confronto entre a legitimidade declinante do regime monárquico e a nova legitimidade que os republicanos paulistas procuravam construir e consolidar após a instauração do novo regime.” (FERRETTI, 2004, p. 102)

Dentre os autores utilizados para construir a trajetória da paulistanidade nesse período, há, por exemplo, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, e o próprio Afonso de Taunay. Três intelectuais intimamente ligados ao republicanismo: os dois primeiros foram de fato partidários, e Taunay, como se sabe, foi o primeiro diretor do MRP. Além disso, os três fizeram parte de instituições de extrema importância para o fazer científico da época, como o Instituto Histórico e Geográfico Paulista (IHGSP), a Academia Paulista de Letras e o próprio Museu Paulista (FERRETTI, 2004).

De certa maneira, faz sentido pensar que a identidade paulista foi construída através de produções acadêmicas, por intelectuais, e em grandes instituições. Todavia, esse direcionamento também possuiu um enviesamento ideológico. Compreendia-se desde então que por meio da construção de uma identidade, pela representação, é que se constrói a própria região, pois, é no século XIX, somente, que muitas cidades do interior paulista se consolidam como independentes. É o caso da própria cidade de Cabreúva. Por isso, então, é tão relevante estudar como a identidade paulista funcionou no território através das obras chamadas de “intermediárias” por João Miguel Godoy.

Dessa forma, as produções acadêmicas vinham de um lugar de muitos privilégios. Tais produções são um recorte muito específico que cultuava também um grupo muito específico, assim como, na década de 20, eles pretendiam celebrar a Convenção de Itu, por meio da qual celebravam outros mitos, como o mito bandeirante, mito fundador do estado de São Paulo, essencial para a paulistanidade. Foi através desse mito que a excepcionalidade pode ser

atrelada à identidade paulista. Tal excepcionalidade se relaciona, também, ao fato de São Paulo ser visto como a “locomotiva do Brasil”. (GODOY, 2011) . Os perrepistas pensavam que “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, frase que introduz o primeiro número da revista do já mencionado IHGSP.

Essa ideologia se manifestou de forma muito semelhante em todas as cidades paulistas: há um número expressivo de produções realizadas pelos chamados memorialistas, ou autodidatas, que fazem parte do que aqui consideramos “obras intermediárias”, cuja produção poderia variar em gênero, mas giravam em torno de temas muito semelhantes — crença religiosa, pioneirismo, presença das elites, datas, nomes de ruas e praças, etc. Uma outra característica importante, sobretudo para o que aqui pretendemos abordar, é o que João Miguel Godoy coloca como “o fetichismo do documento articulado paradoxalmente com a afirmação da relação afetiva com o passado como critério de reconstituição” (GODOY, 2011, p. 8)

Dessa maneira, os memorialistas locais são a chave para ligar a identidade com a história local e assim, faz-se necessário usar os documentos como meio de questionar essa produção, e por conseguinte, o próprio ideário. Assim, este artigo se alinha ao pensamento de que:

Devemos destacar a dimensão interpretativa implícita nos textos narrativos e descritivos, aparentemente ingênuos e afetivos. Devemos ainda apontar as repercussões destas interpretações na construção de um imaginário histórico coletivo sobre a cidade e de criação de identidade municipal articulada à regional [...]; Devemos igualmente constatar os vínculos desse imaginário com as formas de estruturação e legitimação do poder local. (GODOY, 2011, p. 6)

A situação se agrava ao considerarmos a cidade de Cabreúva: a história da cidade foi contada, ao longo dos séculos XIX até o século atual, através, sobretudo, da história oral e de textos de cronistas. Outras produções escritas, já contemporâneas, consistem em textos memorialísticos também, ou de entusiastas da história local mas raras ocorrências de trabalhos acadêmicos. Outro aspecto que deriva dessa perspectiva são as preocupações com a memória local. Não obstante haver um recorte de classe que influencia as experiências descritas — e as experiências pessoais são a essência desse tipo de produção — há também um interesse específico, voltado para certos elementos, já aqui mencionados, tais como linhagens familiares e datas. Um bom exemplo disso é que quando se trata da história da cidade de Cabreúva, é comum iniciar o texto através do clássico dilema da família “Martins e Barros ou Martins e Ramos”, revelando, pela própria dúvida sobre o nome da família, a que tipo de questões esses textos fundamentais para a identidade local se debruçam.

Há ainda duas considerações a se fazer sobre os textos intermediários: as interferências desses textos nas produções acadêmicas posteriormente realizadas e os vínculos

dos textos com a estrutura de poder na sociedade. A construção de uma identidade está ligada a fatores políticos e econômicos, mas nem sempre isso é evidente como no caso de medidas de um partido político sobre a identidade paulista e como ela foi inserida nas identidades locais através de textos. Trazemos o exemplo de textos produzidos na cidade de Cabreúva. Desse modo, ao analisar as personagens presentes nos processos estudados, contribuimos para o delineamento de perfis que podem nos ajudar a compreender como a sociedade era e se houve, de fato, um apagamento de determinadas figuras da história local, e como a recepção desses documentos se articula na manutenção das identidades local e paulista.

Faz-se necessário, portanto, olhar a identidade paulista através dos textos intermediários produzidos nos séculos XIX e XX, sobretudo por intelectuais republicanos. No caso dos textos produzidos na cidade de Cabreúva, é preciso questionar a falta de embasamento histórico nos textos e a falta de uma documentação própria da cidade. Esse problema já foi mencionado por Silveira, e é também colocado em Camargo (2001):

A documentação sobre o tema existe, mas não houve facilidade em lidar com ela. O último capítulo do tema foi prova disto; formada por processos judiciais, além de sua transcrição, foi preciso o estudo das conjunturas da época e termos utilizados, e como Cabreúva não foi ainda, tema central de uma pesquisa histórica científica, tornaram-se ainda mais difíceis as interpretações”. (CAMARGO, 2001, p. 12)

Trata-se de direcionamentos futuros que serão aprofundados por novas pesquisas, quem sabe, por pessoas das próprias cidades mencionadas, tendo em vista documentação preservada não só no MRCI, mas também no recém-criado Centro de Memória de Cabreúva, o que abre importantes possibilidades de trabalho.

Referências

GODOY, João Miguel Teixeira de. Identidade e regionalismo Paulista: Trajetória e mutações. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, julho 2011.

DOMINGUES, Viviane Pedrosa. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São Paulo, 2011.

ZEQUINI, Anicleide. O Sobrado da Convenção em Itu na antiga Rua do Carmo (atual Rua Barão do Itaim): uma pesquisa documental. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 10, p. 197-211, 2003.

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade**: identidade, historiografia e política em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitino. **O Juízo de Órfãos de São Paulo**: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX). 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-27042010-103207. Acesso em: 28 set 2023

MARTINS, Mariana Esteves. **A formação do Museu Republicano Convenção de Itu (1921- 1946)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

SILVEIRA, Otoni Rodrigues da. **Cabreúva**: história e contexto. Itu: Ottoni, 2015. 2 v.

SCARAVELLI, Gisele. História e memória de Cabreúva. **Revista Regional**, 27 de jan. de 2016. Cultura. Disponível em: <https://revistaregional.com.br/site/2016/01/27/historia-e-memoria-de-cabreuva>. Acesso em: 29 nov. 2023.

